ATA 02/2023

REUNIÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO ATUAL PLANO DIRETOR

12/05/2023

1 Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se na sala de reuniões da
2 Procuradoria do Município – na Prefeitura Municipal de Criciúma, a reunião da comissão de
3 revisão do atual Plano Diretor, com os membros designados pelo Decreto SG/Nº 976/23 de
4 17/04/2023. Os trabalhos começaram às 8h45min, com a presença dos membros abaixo
5 relacionados. Nesta reunião foi dado início na revisão da legislação do atual Plano Diretor, sendo
6 este o texto já debatido e corrigido: “**Art. 1º** Fica instituído pela presente Lei e seus anexos, o Plano
7 Diretor Participativo do Município - PDPM de Criciúma, Estado de Santa Catarina, instrumento básico
8 da política de desenvolvimento ~~sócio-territorial~~ **socioterritorial**, que contém as diretrizes urbanísticas
9 estabelecidas como forma de gestão municipal. **Art. 2º** O presente Plano Diretor Participativo Municipal
10 foi constituído com base nos dispositivos elencados na Constituição da República Federativa do Brasil
11 de 1988, na Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), na Constituição do
12 Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município de Criciúma.
13 **Art. 3º** O Plano Diretor abrange a totalidade do território municipal como instrumento global e
14 estratégico da política de desenvolvimento municipal e expansão urbana, determinante para todos os
15 agentes públicos e privados que atuam no Município, sendo parte integrante do processo de
16 planejamento do Poder Executivo. Parágrafo Único. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias,
17 o Orçamento Anual, os Projetos Urbanísticos em geral, bem como os demais instrumentos municipais
18 de desenvolvimento ~~sócio-territorial~~ **socioterritorial** e urbano, deverão incorporar obrigatoriamente as
19 diretrizes, objetivos e prioridades contidas nesta Lei. **Art. 4º** O planejamento ~~físico-territorial~~ **físico**
20 **territorial** municipal deverá estar de forma direta em conformidade com os planos nacionais, estaduais
21 e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. **Art. 5º** Institui-se com
22 o presente Plano Diretor: I - O macrozoneamento e seus desdobramentos;
23 II - Os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e gestão democrática da cidade; III - A
24 política de estruturação do sistema viário; IV - Os planos e programas especiais. Parágrafo Único. Esta
25 legislação estabelece parâmetros gerais a serem seguidos, sendo que as especificidades e
26 detalhamentos destas normas urbanísticas deverão ser definidos em legislações próprias. CAPÍTULO
27 II - DOS FUNDAMENTOS **Art. 6º** Constituem princípios norteadores deste Plano Diretor: I - A
28 igualdade e a justiça social; II - A função social da cidade; III - A função social da propriedade; IV -
29 O desenvolvimento econômico sustentável; V - A participação popular; VI - O desenvolvimento
30 urbano. Seção I - Da Igualdade e Justiça Social **Art. 7º** O município contribuirá para a promoção da
31 igualdade e justiça social em seu território viabilizando a: I - Redução da segregação ~~sócio-espacial~~
32 **socioespacial**; II - Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de ~~infra-~~
33 ~~estrutura~~ **infraestrutura** urbana e rural; III - Recuperação dos investimentos públicos municipais que
34 resultaram na valorização de imóveis urbanos; IV - Igualdade de acesso aos equipamentos e serviços
35 públicos; V - Justa distribuição dos equipamentos e serviços públicos pelo território.
36 Seção II - Da Função Social da Cidade **Art. 8º** Para os efeitos desta Lei, constituem-se funções sociais
37 do Município de Criciúma: I - Viabilizar o acesso de todos os cidadãos aos serviços urbanos e rurais,
38 assegurando-lhes condições de vida e moradia compatíveis; II - Promover a conservação ~~ambiental do~~
39 **patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico**, ~~como forma valorizada de uso~~
40 ~~do solo~~, através da utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade - EC, ~~Direito de Preempção,~~
41 ~~Otorga Onerosa e Transferência do Direito de Construir, pertinente ao caso;~~

42
43 III - Promover instrumentos e/ou programas ~~de habitação popular~~ de interesse social destinados a
44 melhorar as condições de moradia da população ~~earente em vulnerabilidade social, por meio de ações~~
45 ~~federais, estaduais e municipais; através da aplicação de Zona Especial de Interesse Social—ZEIS e~~
46 ~~instrumentos para regularização fundiária do Estatuto da Cidade—EC~~; IV - Promover programas de
47 saneamento básico destinados a melhorar as condições sanitárias e ambientais do seu território e os
48 níveis de saúde da população; V - Articular com os demais municípios de sua região e com o Estado a
49 racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas; VI - Garantir às pessoas
50 ~~portadoras de deficiência física~~ com deficiência e mobilidade reduzida condições de acessibilidade
51 universal à cidade e aos ~~estruturais de acesso a~~ serviços públicos e particulares de atendimento ao
52 público, bem como garantir do direito à mobilidade urbana ~~de frequência ao público, à logradouros e~~
53 ~~ao transporte coletivo~~. Seção III - Da Função Social da Propriedade **Art. 9º** A propriedade urbana deverá
54 exercer plenamente a função social que lhe impõe o § 2º, do artigo 182 da Constituição Federal,
55 combinado com o disposto no parágrafo único, do artigo 1º, do Estatuto da Cidade, devendo ser
56 resguardado o interesse da coletividade sobre o particular. **Art. 10.** A propriedade urbana cumpre sua
57 função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano
58 Diretor e em leis específicas, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à
59 qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, bem como quando
60 atende impreterivelmente aos seguintes requisitos: I - Compatibilidade do uso da propriedade com a
61 ~~infra-estrutura~~ infraestrutura urbana existente e/ou projetada, equipamentos comunitários e urbanos e
62 serviços públicos disponíveis e com a preservação da qualidade do ambiente natural e cultural; II - A
63 segurança, bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos. **Art. 11.** A função social da propriedade
64 deverá subordinar-se ao ordenamento territorial do município expresso nesta Lei e em leis
65 complementares, compreendendo: I - Distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo de forma
66 equilibrada em relação à ~~infra-estrutura~~ infraestrutura urbana disponível, aos transportes e ao ambiente
67 natural, de modo a evitar ociosidade ou sobrecarga dos investimentos coletivos públicos; II - Sua
68 utilização como suporte de atividades ou usos de interesse urbano que incluem habitação, comércio,
69 prestação de serviços e produção industrial ~~com processos não poluentes~~, bem como a manutenção de
70 terrenos cobertos por vegetação, para fins de lazer ao ar livre e proteção de recursos naturais; III - A
71 preferência na manutenção dos usos rurais lindeiros ao perímetro urbano estabelecido nesta lei,
72 coibindo a ocupação urbana irregular. Seção IV - Do Desenvolvimento Urbano **Art. 12.** A política de
73 desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno
74 desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, visando garantir o bem-estar de seus
75 habitantes, mediante as seguintes diretrizes gerais: I - Ordenação do desenvolvimento urbano e rural
76 do município, em seus aspectos físico, econômico, social, cultural e administrativo; II - Garantia do
77 direito à cidade sustentável, entendido como o direito a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento
78 ambiental, à ~~infra-estrutura~~ infraestrutura urbana, ~~ao transporte à mobilidade~~, aos serviços públicos, ao
79 trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; III - Garantia da gestão democrática por meio
80 da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade
81 na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento
82 urbano; IV - Planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das
83 atividades econômicas do Município, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano
84 e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; V - Cooperação entre os governos, a iniciativa privada
85 e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; VI
86 - Incentivo à participação da iniciativa privada e demais setores da sociedade civil nas ações relativas
87 ao processo de urbanização, quando presente o interesse público, mediante o uso de instrumentos
88 jurídicos ~~diversificados, convênios e contratos~~, compatíveis com a função social da cidade e da
89 propriedade; VII - Compatibilização da expansão urbana com os limites da sustentabilidade ambiental,
90 social e econômica do Município;” Por fim, foi agradecida a presença de todos nessa reunião e a

91 mesma teve o seu término às 11h. Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Giuliano
92 Elias Colossi, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será por todos os presentes
93 assinada.

Lara Thomaz da Silva Mangili

Guilherme Alexandre Colombo

Elaine L. Amboni

Maurício da Cunha Carneiro

Victor Minatto Steiner

Juliano da Silva Deolindo

Raquel de Souza Felício

Lilian Búriago Jacinto Silveira

Giuliano Elias Colossi